

Governo investirá quase Cr\$ 3 bilhões em Programa de Saúde Materno-Infantil

Brasília — O Ministro da Saúde, Almeida Machado, anunciou ontem a aprovação, pelo Conselho de Desenvolvimento Social, do Programa de Saúde Materno-Infantil, que terá recursos federais de Cr\$ 2 bilhões 753 milhões 410 mil 700 em seus cinco anos de vigência, a partir de 1978, para prevenção da gravidez de alto risco e assistência às gestantes e infantes.

Ao anunciar a aprovação, visivelmente satisfeito, o Ministro Almeida Machado afirmou que o programa "é um grande aumento de cobertura que dará possibilidades de atender mais gente e de levar mais longe todos os benefícios da ciência moderna, que atualmente estão concentrados apenas nos grandes centros".

AS METAS

Com 97 páginas que especificam estatísticas até de mortalidade infantil, materna e crescimento demográfico do Brasil e de outros países, o Programa de Saúde Materno-Infantil prevê os recursos a serem empregados no quinquênio 1977/81 — este ano só recursos da Fundação Serviços de Saúde Pública para o programa de imunização de saúde materno-infantil existentes — e suas metas.

Entre elas, são previstas: assistência à 1 milhão 782 mil 300 gestantes; 572 mil 800 partos; 764 mil 300 apuérperas (após parto) e amas de leite; 955 mil 800 crianças menores de um ano; 1 milhão 892 mil 500 entre um e quatro anos; 2 milhões 201 mil entre um e seis anos; e educação integrada de 700 mil famílias.

Também inclui a realização de Campanha Nacional de Controle do Câncer para atender, nos cinco anos de vigência, a 1 milhão 813 mil 677 mulheres e 1 mil 386 crianças. O programa de imunização atenderá a 19 milhões 200 mil crianças de zero a 14 anos; 445 mil 300 gestantes e outras 691 mil 500 crianças de até 14 anos.

ABRANGÊNCIA

O grupo materno-infantil representa 70,98% da população. Ele compreende a mulher fértil dos 15 aos 49 anos; a criança de zero a 15 anos; e o adolescente do sexo masculino de 15 a 19 anos. Esse grupo, segundo as justificativas do programa, "caracteriza-se por condições bio-psico-sociais às quais, independente de condições econômico-financeiras, já o tornam mais vulnerável aos riscos de adoecer e morrer."

O Programa fala da alta dependência e dos reduzi-

dos mecanismos próprios e disponíveis de defesa que as condições culturais de certas áreas mais populosas do país impõem a esse grupo e chama a atenção para o baixo índice de urbanização existente no Brasil, que atinge a aproximadamente 60% da área física, considerado outro agravante da situação.

Na introdução, há uma série de referências a aspectos demográficos e sanitários que levaram à formulação de um programa de Governo que atenda à faixa materno-juvenil, representada por 80 milhões 86 mil 734 habitantes. Entre elas, destacam-se o coeficiente de mortalidade geral previsto, de nove óbitos por mil; natalidade de 36 nascidos vivos por mil habitantes; expectativa de vida de 61 anos, com taxa de crescimento demográfico de 2,7%; desigualdade da distribuição geográfica e uma proporção elevada da população jovem — 46% de menores de 20 anos.

MORTALIDADE

Segundo estatísticas disponíveis, que o próprio Ministério da Saúde reconhece distorcidas, a mortalidade no Brasil tem taxa elevada e se comparada com as de países mais desenvolvidos, chega a ser alarmante: por 1 mil nascidos vivos ela é de 96, enquanto de 19,8 nos Estados Unidos, 14,2 na Dinamarca, 13,1 no Japão, 42,6 no Uruguai e 48,7 na Venezuela.

A taxa de Brasília é de 58,8 por 1 mil, sendo a mais baixa. No Recife, chega a 256,4, caindo para 85,6 em São Paulo e sendo desconhecida no Rio, pelos dados mais recentes, de 1974. Em 1973, a taxa do Rio era calculada em 90,9 por grupo de 1 mil.